



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Diabo (O), 16-06-2009, PP reúne Conselho Nacional
- 2 - Destak, 16-06-2009, Vítor Constâncio garante que foram as fraudes que afundaram o BPN
- 3 - Primeiro de Janeiro (O), 16-06-2009, "As coisas podiam ser diferentes"...
- 4 - Record, 16-06-2009, Mil milhões salvam BPN
- 5 - Primeiro de Janeiro (O), 16-06-2009, "Despesas com BPN inferiores a mil milhões"
- 6 - Meia Hora, 16-06-2009, Fraudes no BPN custaram 1.000 milhões ao Estado
- 7 - Diário Económico, 16-06-2009, Tensão sobe entre Ferreira Leite e Sócrates
- 8 - Diário Económico, 16-06-2009, Postura construtiva
- 9 - Diário Económico, 16-06-2009, Nova linha de crédito de 400 milhões para a PME pode apoiar até sete mil empresas
- 10 - Correio da Manhã, 16-06-2009, Nuno Melo irrita Vítor Constâncio
- 11 - 24 Horas, 16-06-2009, Melo e Constâncio pegaram-se
- 12 - Correio da Manhã, 16-06-2009, Ignorâncias diversas
- 13 - Diário Económico, 16-06-2009, Futuro do BPN pode passar pela criação de um 'bad bank'
- 14 - Público, 16-06-2009, Nacionalização do BPN deverá custar perto de mil milhões
- 15 - Jornal de Notícias, 16-06-2009, Constâncio queria cartas claras na PGR
- 16 - Jornal de Notícias, 16-06-2009, O dia do deputado Nuno Melo
- 17 - Diário Económico, 16-06-2009, Primeira página
- 18 - Diário de Notícias, 16-06-2009, Souto Moura escondeu insular, diz Constâncio
- 19 - Público, 16-06-2009, Sócrates deixa de pedir maioria absoluta
- 20 - Diário de Notícias, 16-06-2009, Conselho de Estado sem nota administrativa
- 21 - Diário de Notícias, 16-06-2009, Editorial - A velocidade da alta velocidade
- 22 - Jornal de Negócios, 16-06-2009, Constâncio diz que intervenção do Estado no BPN vai custar menos de mil milhões
- 23 - Jornal de Negócios, 16-06-2009, Elevador



PP reúne Conselho Nacional

O CDS/PP reúne esta quarta-feira à noite, em Almada, o Conselho Nacional, na ressaca da moção de censura que apresenta ao Governo no próprio dia. O objectivo do líder, Paulo Portas, é capitalizar dois dias de notícias: na quarta, com o debate parlamentar; e na quinta, com a apresentação de nomes de candidatos às eleições autárquicas e legislativas. A reunião de Almada vai servir já para discutir candidaturas a ambas as eleições, mesmo que estas não tenham ainda datas marcadas. No entanto, a semana do CDS começou logo na segunda-feira, com Nuno Melo a liderar as inquirições parlamentares ao governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. As inquirições decorrem dos trabalhos da Comissão de Inquérito ao Sistema Bancário e têm tido como alvo a nacionalização do BPN. Melo, recém-eleito eurodeputado, regressa assim à política nacional por uns dias, antes de embarcar para Estrasburgo, e depois de, na semana dos feriados, ter gozado descanso em terras alentejanas.

**INQUÉRITO****Vítor Constâncio garante que foram as fraudes que afundaram o BPN**

O governador do Banco de Portugal afirmou ontem, perante os deputados da comissão de inquérito ao BPN, que «o que fez afundar o banco fo-

ram fraudes que não era possível descobrir com os métodos que a supervisão dispõe». Vítor Constâncio acrescentou que os deputados falam

com «ignorância» dos factos ligados à supervisão, principalmente Nuno Melo, e que não tem obrigação de saber todos os pormenores do caso. O governador garantiu também que as perdas do BPN que resultam de fraudes não chegam aos mil milhões.



Vitor Constancio diz terem sido as fraudes a «afundar» o BPN

ACTUALIDADE PÁGINA 04



Vítor Constâncio e o «Caso BPN»

“As coisas podiam ser diferentes”...

O governador do Banco de Portugal afirmou ONTEM que, se as cartas que recebeu da Procuradoria-Geral da República (PGR), a pedir informação sobre o Banco Insular (BI), **“tivessem dito um pouco mais, hoje as coisas podiam ser diferentes”**. “As cartas de 2004 e 2007 da PGR não mencionavam qualquer relacionamento (do BI) com o BPN. Se nos tivessem informado

mais sobre o que aparentemente sabiam, teria sido diferente” afirmou Vítor Constâncio perante os deputados da Comissão de Inquérito ao Caso BPN e Supervisão Inerente. Vítor Constâncio afirmou que foram realizadas **“duas perguntas com três anos de intervalo”**, em 2004 e 2007, sobre a existência de operações activas do Banco Insular e permissão para actuar em Portugal, reiterando

que **“ninguém pode fazer perguntas sobre aquilo que não sabe que existe”**, referindo-se à actividade de supervisão.

Constâncio respondia a perguntas do deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda, que mostrou no Parlamento uma apresentação que confrontou Constâncio com declarações e factos apresentados em sessões anteriores da comissão de inquérito.

**DIZ VÍTOR CONSTÂNCIO**

Mil milhões salvam BPN

■ O governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, afirmou ontem, na Assembleia da República, perante os deputados da comissão de inquérito ao caso BPN, que a nacionalização daquela instituição bancária não custou os 2.500 milhões de euros que têm sido referidos, assegurando que as perdas do BPN que resultam de fraudes não chegam aos mil milhões de euros. Vítor Constâncio referiu também que as irregularidades detetadas no BPN em 2006 “não eram crimes” e que na altura o organismo que lidera adotou várias medidas para corrigir as irregularidades. □



Vítor Constâncio em constante troca de acusações com Nuno Melo

“Despesas com BPN inferiores a mil milhões”

Segunda ida de Constâncio à Comissão Parlamentar sobre BPN foi marcada pela troca azeda de palavras com o centrista Nuno Melo.

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, garantiu, ontem, durante a sua segunda audição da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN, que as despesas como banco nacionalizado em Novembro de 2008 serão muito inferiores aos mil milhões de euros.

Constâncio adiantou o valor no meio de uma troca de acusações com o deputado Nuno Melo, do CDS/PP, a quem o supervisor acusou de construir um caso político e de desconhecer aspectos fundamentais do caso BPN. **“O senhor deputado revelou grande desconhecimento de factos e aspectos fundamentais”** ao longo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização do BPN, acusou Vítor Constâncio, para quem o deputado centrista **“construiu um caso político”** e acabou por **“fazer uma campanha [eleitoral] inteira à custa disso”**.

Entre os factos fundamentais que Constâncio acusou Nuno Melo de desconhecer estão o apuramento das constas - e do buraco do BPN - que o governador do banco central disse que **“são muito inferiores aos mil milhões de euros”** depois de todo o processo acabar, incluindo a venda do banco. Constâncio acrescentou ainda que **“só quando existir o banco mau que vai ter os activos [tóxicos do sistema português], que os vai valorizar e vender, só nessa altura é que se saberá”** o valor real das imparidades no BPN.

TRÊS HORAS «COM» MELO

A audição pautou-se, em grande parte, por acusações mútuas entre Vítor Constâncio e o deputado comunista Honório Novo e o deputado centrista Nuno Melo.

O eurodeputado do PP Nuno Melo defendeu que o BdP deveria ter ido além da supervisão prudencial no caso do BPN, por considerar que houve crimes, insistindo que Vítor



«Frente-a-frente». Durante três horas, Vítor Constâncio trocou acusações com Nuno Melo

BANCO DE PORTUGAL PEDIU Integração de “clandestino” Banco Insular

O Governador do Banco de Portugal insistiu, ontem, que foi esta instituição que ordenou, a 4 de Junho do ano passado, a integração nas contas do BPN das entidades **“clandestinas”** de que só teve conhecimento dois dias antes. Segundo Constâncio, depois do dia 2 de Junho, quando através do então presidente do Banco Português de Negócios

(BPN), o Banco de Portugal **“recebe informação sobre um Banco Insular, clandestino, e sobre um balcão virtual, clandestino”** é exigida, dois dias depois, ao banco uma integração desses elementos nas contas. Pedro Duarte Neves, responsável de supervisão do Banco de Portugal, exigiu também então **“que essas contas consolidadas fossem auditadas e certificadas por entidade externa”**, acrescentou Constâncio, indignado com perguntas que considerou serem **“sobre pormenores”**.

Constâncio deve demitir-se. A intervenção do Banco de Portugal quando estão em causa a solvabilidade ou solidez financeira de uma instituição **“tinha que se ter passado além da supervisão prudencial”**, sublinhou Nuno Melo, considerando que se trata de crime quando uma instituição mente ao supervisor, como já foi detectado.

O deputado centrista monopolizou quase três horas de perguntas a Vítor Constâncio e insistiu várias vezes que este deve demitir-se de Governador do Banco de Portugal, por ter permitido uma actuação continuada ao longo dos anos de actos irregulares no BPN. **“Aconteceu o que aconteceu com o BCP, os clientes do BPP não podem levantar seu dinheiro, nacionalizou-se o BPN e não acontece nada”**, referiu também Nuno Melo.

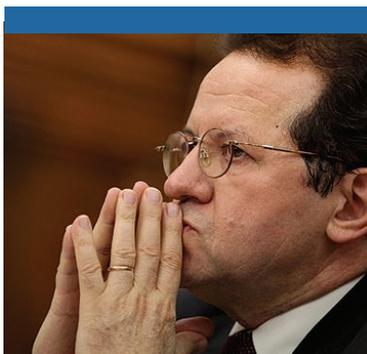
As três horas de perguntas de Nuno Melo a Vítor Constâncio ficaram marcadas pelo despique entre Vítor Constâncio e Nuno Melo, com Constâncio a acusar o deputado centrista de ignorância. **“Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível”**, disse Melo, que já antes tinha afirmado: **“O senhor governador já não é secretário-geral do PS, deveria conter as suas declarações e intervenções e intervenções”**.

CRIMES: SIM OU NÃO?

O deputado do PCP Honório Novo tinha também questionado, no início da sessão, de que forma o Banco de Portugal agiu perante informação que lhe chegava e que denunciava irregularidades.

Honório Novo entregou mesmo a Constâncio um processo de denúncia, com indícios de que pessoas que continuam no BPN, e que até foram promovidas para lugares de mais alta responsabilidade já com a nacionalização do banco, sabiam da existência do banco insular e outros veículos usados para praticar as fraudes agora apuradas. Vítor Constâncio, ao contrário, reiterou ao longo da audição que **“houve irregularidades e fraudes”** mas que estas situações detectadas **“não são crimes”**, deixando o recado de que **“tem-se é falado nas comissões parlamentares em criminalizar”** algumas das práticas detectadas.

LUSA



VÍTOR CONSTÂNCIO ACUSA
NUNO MELO DE GRANDE
DESCONHECIMENTO DO BPN

**“Construiu
um caso
político”**

PÁGINA 9

Inquérito



EM DEFESA DA SUA POSIÇÃO
LUSA

Na terceira audição a Vítor Constâncio na comissão de inquérito ao BPN, o governador do BdP voltou a afirmar que a supervisão fez tudo o que estava ao seu alcance e alertou para a estratégia "sem cabimento" de alguns deputados

Fraudes no BPN custaram 1.000 milhões ao Estado

Inquirido pela comissão de inquérito ao BPN, Vítor Constâncio garantiu que até ao **Verão de 2008 acreditava que o problema se resolveria no seio do banco**

POR: JOÃO ANDRADE COSTA
jcosta@meiahora.pt

O Governador do Banco de Portugal (BdP) garantiu ontem que a nacionalização do BPN não custou os 2,500 milhões de euros que têm sido referidos pelos deputados da comissão parlamentar de inquérito. Vítor Constâncio assegura que as perdas do BPN que resultam de fraudes não chegam aos mil milhões de euros.

"Só depois da venda do BPN estar concluída é que se poderá saber quanto é que custou a intervenção do Estado", sublinhou ontem o governador durante a sua terceira audição sobre o BPN.

Vítor Constâncio assegurou aos deputados que o "BPN nunca esteve em risco de cessar pagamentos até ao Verão de 2008". O supervisor sustentou ainda que até essa

altura "não se punha a necessidade de intervenção do Estado, havia uma esperança de que o problema poderia resolver-se na esfera privada do banco".

Por seu turno, os deputados presentes na comissão de inquérito voltaram a questionar Vítor Constâncio sobre o Banco Insular.

Insular. O governador referiu que a 4 de Junho do ano passado o BdP pediu ao BPN a integração nas contas da instituição dos valores das entidades "clandestinas" [Banco Insular], de que só teve conhecimento dois dias antes.

Segundo Vítor Constâncio, quando o BdP descobriu a existência do Banco Insular, exigiu que essas contas fossem consolidadas, auditadas e certificadas por uma entidade externa.

∴ Citações

O terceiro inquérito a Constâncio na Assembleia da República ficou marcado por uma troca de acusações

1 "Não tenho obrigação de responder aos porquinhos todos" Vítor Constâncio

quando "há evidências que a supervisão falhou"
Nuno Melo, CDS/PP

2 "O governador do BdP continua a achar que esteve extraordinário"

3 Nuno Melo, "revela a sua ignorância nesta matéria" Constâncio sobre a despesa do Estado no BPN



Caso BPN

Constâncio perde a paciência na comissão de inquérito

Economia. 8»

Tensão sobe entre Ferreira Leite e Sócrates

Os líderes do PS e PSD voltaram a encontrar-se, numa reunião com polémica mas sem os temas que os separam.

Catarina Madeira e Márcia Gaião

catarina.madeira@economico.pt

A polémica pode ser mais uma guerra "na espuma dos dias", como garante o politólogo André Freire. Mas para um primeiro encontro após as eleições europeias, e com as legislativas no horizonte, um episódio ocorrido ontem entre José Sócrates e Manuela Ferreira Leite mostra que o clima de tensão entre PS e PSD está para ficar.

O que aconteceu resume-se em poucas linhas. É que, se Ferreira Leite chegou a São Bento sorridente, no fim do encontro sobram as acusações. À saída da audiência, a líder social-democrata foi encaminhada para a porta sem passar pela sala onde se encontrava a comunicação social - não prestando assim declarações aos jornalistas. O suficiente para que, pelo PSD, José Luís Arnaut deixasse a crítica: "Não fomos convidados a falar aos jornalistas nem encaminhados para a sala de imprensa. Encaminharam-nos para a porta de saída".

O gabinete do primeiro-ministro apressou-se, porém, a desmentir qualquer intencionalidade do sucedido, garantindo "categoricamente" ter dado à delegação do PSD um tratamento igual àquele que foi dado aos outros partidos. "Quando saiu da audição, [a líder do PSD]

dirigiu-se à porta de saída, despediu-se da pessoa do protocolo e não manifestou nenhuma vontade de falar, nem perguntou pelos jornalistas", garantiu fonte do gabinete de José Sócrates ao Diário Económico.

A verdade é que o dia nem estava destinado a polémicas. Porque ontem era dia de encontro entre os dois líderes, com o Conselho Europeu desta semana na agenda. E, segundo a líder do PSD, falou-se mesmo só de política externa - da reunião de Bruxelas, mas também da situa-

Líderes do PSD e PS falaram de Europa e do Irão. Provedor de Justiça e obras públicas ficaram à porta de São Bento.

ção no Irão (ver páginas 42 e 43) - a pedido da líder do PSD, sendo o único tema que distinguiu a audiência do PSD das reuniões com os restantes partidos.

À porta, porém, ficaram os temas mais difíceis que separam socialistas e sociais-democratas, mas que ainda aguardam soluções convergentes. Sobre tudo o da eleição do Provedor de Justiça, após um ano de negociações falhadas e com o detentor do cargo a abandonar funções. Mas há mais temas na agenda comum de Sócrates e Ferreira Leite, como o calendário eleitoral (ver texto ao lado) e os grandes investimentos públicos, do novo aeroporto de Lisboa ao projecto de alta velocidade (ver páginas 4 a 7). Assuntos que prometem acender as próximas campanhas eleitorais.

Apesar da agenda prometer polémica, e de identificar "perfis muito diferentes" entre os dois líderes, André Freire não acredita que a tensão possa subir muito mais até Outubro. Porque, "na verdade, são ideologicamente parecidos".

Justiça na agenda laranja

Com ou sem parecerças, Manuela Ferreira Leite foi ontem a primeira líder partidária a receber o responsável pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

João Palma, que denunciou alegadas pressões exercidas sobre os magistrados no caso Freeport, foi à sede do PSD falar sobre "as questões de justiça que preocupam" o sindicato, e disse à saída do encontro que transmitiu a Ferreira Leite a sua preocupação com a autonomia do Ministério Público. O magistrado, que disse ter pedido audiências com todos os partidos políticos, sublinhou a importância deste encontro, numa altura em que "aqui e ali, há sinais no sentido de questionar a autonomia do Ministério Público". Sobre o assunto, porém, ninguém do PSD apareceu para comentar. ■

do nosso Governo, com a qual o PS se identifica, é de apoio ao actual presidente da Comissão", resumiu após a audiência com José Sócrates. Ontem, até Vital Moreira veio apoiar a sua recondução, depois da vitória do PPE nas europeias. Mas à esquerda, o sentimento é bem diferente. Tanto Miguel Portas como Jerónimo de Sousa acreditam que Barroso não defende os valores e concepções com que se identificam. **M.G.**

Apoio a Barroso sem aval da esquerda

Foi à direita que o PS se sentiu ontem mais confortável. A recondução de Durão Barroso à frente dos destinos da Comissão Europeia abriu ontem mais uma brecha entre esquerda (do BE, PCP e PEV) e a direita com os socialistas, que alinharam juntos no apoio incondicional ao português. Coube ao líder parlamentar do PS, Alberto Martins, colocar o partido contra a que tem sido a posição dos socialistas europeus: "A posição



À entrada do primeiro encontro pós-europeias, os sorrisos. Depois veio (mais uma) polémica.

Calendário das

PSD quer autárquicas primeiro. PS prefere as legislativas. Cavaco terá a última palavra.

Márcia Gaião
marcia.gaião@economico.pt

As apostas variam e ninguém arrisca dizer com certeza qual será a modalidade escolhida para o calendário das próximas eleições legislativas e autárquicas. Será Cavaco Silva capaz de (e quererá o Presidente) evitar duas idas às urnas e marcar as duas eleições para o mesmo dia? Ou o Presidente vai alinhar com a maioria dos partidos e convocar legislativas - sobre as quais lhe cabe decidir - antes das au-

tárquicas, cujo calendário é definido por José Sócrates?

Para já, os partidos concordam que é preferível votações separadas. Mas o PSD vai insistindo, ao contrário dos outros, que as autárquicas deveriam ocorrer primeiro do que a escolha de um Governo. É mais uma divergência entre PS e PSD, que promete animar as discussões.

Em entrevista ao DN/TSF no domingo, Paulo Rangel, recém-eleito eurodeputado, dizia que, na sua "ideia" as autárquicas deviam ser antes das legislativas, mas deixava a "decisão soberana" para o Presidente da República. Uma opinião partilhada por Ferreira Leite que,



Andre Kusters/Lusa



eleições é a polémica que se segue

mesmo antes de ser eleito líder do PSD, dizia em entrevista ao "Diário Económico" que as autárquicas eram "tanto ou mais importantes que as legislativas" e que só "gostaria é que não fossem no mesmo dia".

Até ao final do mês, Cavaco deverá acabar com o tabu, já que em Nápoles, na reunião do grupo de Arraiolos, garantiu que iria avançar com marcação das legislativas ainda durante este mês. Recorde-se, no entanto, que o Presidente terá que formalmente ouvir primeiro todos os partidos com assento parlamentar.

Ontem, na primeira reunião com José Sócrates, depois das

eleições europeias, o tema poderá ter estado em cima da mesa, embora a Presidência não confirme o teor da reunião. É que, embora o prazo para Cavaco convocar as legislativas termine apenas depois do prazo do Governo para marcar as autárquicas, as duas datas terão que ser conciliadas entre as duas figuras de Estado, uma vez que o período para a sua marcação é coincidente – entre 15 de Setembro e 15 de Outubro.

Em São Bento, o primeiro-ministro recebeu também ontem todos os partidos. Em cima da mesa estava a discussão sobre o próximo Conselho Europeu (ver texto ao lado), mas à saída

os líderes foram confrontados com o tema das eleições. Jerónimo de Sousa foi o único que aceitou comentar um assunto que, ao que todos confirmaram, não foi abordado durante o encontro com Sócrates. O líder do PCP considerou que "deveria haver separação das datas – primeiro as legislativas, depois as autárquicas. Dentro dos prazos normais e legais, o final de Setembro poderá ser uma solução [para legislativas]".

As datas que têm vindo sendo avançadas nos últimos dias, apontam 20 ou 27 de Setembro para as legislativas e 11 de Outubro para eleições locais. Datas que Cavaco não quis comentar. ■

TEMAS PENDENTES

1

Provedor de Justiça em 'stand-by'

A nova eleição do Provedor de Justiça está marcada para 10 de Julho, mas o PS já veio dizer que mantém o nome de Jorge Miranda, o constitucionalista chumbado pelo PSD no Parlamento. Sem novas escolhas, dificilmente os partidos vão conseguir resolver juntos o problema que se arrasta há mais de nove meses.

2

Leis estruturantes também dividem

Até ao final da legislatura, são mais os temas que os separam do que aqueles que os unem. No BPN a oposição pede uma privatização que passe pelo Parlamento. Nas grandes obras, o PSD quer um travão imediato e o Governo recusa-se a recuar. A juntar a tudo isto, ainda terão que discutir a regulamentação do Código do Trabalho e o sigilo bancário.



ID: 25542409

16-06-2009

Sócrates e Ferreira Leite estão cada vez mais afastados

Episódio marcou reunião de ontem → P38 E 39



OPINIÃO

BRUNO PROENÇA

Director-adjunto
bruno.proenca@economico.pt



Postura construtiva

Como é habitual quando as expectativas são muito elevadas, os resultados finais sabem sempre a pouco. Foi isto que aconteceu com a sessão de ontem da comissão parlamentar sobre o BPN. Os deputados prometiam provar que o Banco de Portugal podia ter feito mais para evitar a nacionalização do banco de Oliveira Costa, o que poderia colocar Vítor Constâncio em maus lençóis. Isto não aconteceu e, pior, ocorreu uma troca de galhardetes entre o governador do Banco de Portugal e o deputado Nuno Melo.

A comissão parlamentar chegou a este ponto: não vai avançar mais e a discussão vai ficar circular. Para os deputados da oposição, Constâncio tem de ir embora. Para o governador do Banco de Portugal, não houve falhas na supervisão. O caso BPN era impossível de detectar pelo banco central. Como é óbvio, ninguém tem totalmente razão. E é injusto para os trabalhos do Parlamento que fiquem marcados por estes últimos episódios.

Ao contrário de muitas outras comissões parlamentares, esta teve um trabalho meritório e sério. Os deputados, particularmente Nuno Melo, fizeram um esforço para investigarem e trazerem dados novos para cima da mesa. E os novos documentos comprovaram

Deputados e Banco de Portugal devem ser consequentes. Identificados os problemas, devem avançar para as alterações legislativas e outras que evitem novos casos no futuro.

que os problemas do BPN vinham de longa data. E ficou também claro que houve uma falha da supervisão, caso contrário não havia a necessidade de envolver o dinheiro dos contribuintes numa nacionalização.

Contudo, Vítor Constâncio tem também razão. Com os meios que tem e com o actual enquadramento legislativo, o Banco de Portugal não podia ter feito melhor. O governador mostrou também que os falhanços dos reguladores não são um exclusivo nacional. Países com sistemas bastante mais agressivos, como os Estados Unidos, assistiram igualmente a mega-fraudes.

Perante isto, o que fazer então? Deputados e Banco de Portugal devem ser consequentes. Identificados os problemas, devem avançar para as alterações legislativas e outras que evitem novos casos no futuro. Só isto vai reforçar a confiança das pessoas no sistema financeiro. E a confiança é um activo essencial para o funcionamento da economia. Por isso, está acima das teimosias dos deputados e de Vítor Constâncio. ■



Nova linha de crédito de 400 milhões para as PME pode apoiar até sete mil empresas

PME Investe IV vai ter regras mais flexíveis e pode ser acumulada com as linhas anteriores.

A nova linha de crédito PME Investe IV, assinada ontem entre o ministério da Economia, o IAPMEI e vários bancos, vai disponibilizar 400 milhões de euros para as empresas exportadoras e micro e pequenas empresas. Segundo o secretário de Estado da Indústria e Inovação, António Castro Guerra, esta linha de crédito pode apoiar até sete mil empresas.

“A linha PME Investe IV tem uma dotação de 400 milhões de euros, dos quais 200 milhões são para o sector exportador e 200 milhões para as micro e pequenas empresas”. Castro Guerra explicou que “as condições de crédito foram melhoradas para abranger mais empresas” e, face às linhas anteriores, tem regras mais flexíveis e financiamento mais alargado. As empresas exportadoras beneficiam de uma garantia mútua até sobre 50% do seu valor e as micro e pequenas empresas até 75% e, pela primeira vez, esta linha pode ser acumulada com as lançadas anteriormente.

As linhas de crédito para as PME já apoiaram 30 mil empresas, num valor superior a três mil milhões de euros.

A linha de crédito será financiada por 13 instituições bancárias: BPI, Banco Investe, Banco Popular, Santander Totta, Barclays, BES, BPN, Caixa Geral de Depósitos, Deutsche Bank, Finibanco e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, de Leiria e de Mafra.

A estimativa do Executivo é que, das sete mil empresas que poderão beneficiar da linha de crédito, “cerca de 700 sejam do sector exportador e 6.300 micro e pequenas empresas, que são as que têm mais dificuldade em aceder ao crédito”, acrescentou o secretário de Estado, à margem da conferência.

As três linhas PME Investe já beneficiaram cerca de 30 mil empresas, num valor superior a três mil milhões de euros, “em todos os sectores menos o agrícola, que tem planos de apoio específicos”, concluiu Castro Guerra. ■ **C.S.**

BPN ■ BURACO É INFERIOR A MIL MILHÕES DE EUROS

Nuno Melo irrita Vítor Constâncio

■ Guerra de números levou o governador a chamar “ignorante” ao deputado do CDS-PP. Supervisor acredita que “há uma dúzia de cúmplices”

● DIANA RAMOS

Uma guerra de palavras entre Nuno Melo e Vítor Constâncio levou ontem o governador do BdP a irritar-se com o deputado do CDS-PP.

A guerra de números foi aliás um dos pontos altos da audição, com o governador a entrar numa acesa troca de palavras com o deputado do CDS-PP Nuno Melo. A discussão chegou a roçar o insulto, com Vítor Constâncio a apelidar o centrista de “ignorante”. “Andou a dizer na campanha que eram os 2,5 [milhões de euros do buraco do BPN] e isso é ignorância”, afirmou o supervisor. “O senhor governador pode baixar o nível porque eu mantenho o meu”, respondeu o agora eurodeputado.

Nuno Melo não se fez rogado e, nas questões seguintes, atacou directamente Vítor Constâncio, imputando-lhe responsabilidades directas na falha de supervisão. O deputado chegou a ironizar: “O senhor é que é o inteligente-mor da companhia.” Mas a picardia entre ambos chegou quase ao limite

“O senhor. é que é o inteligente-mor”

Nuno Melo



Constâncio admitiu alguma “ingenuidade” do Banco de Portugal

quando, em tom irritado, Melo declarou: “Como o governador acreditava em tudo o que lhe diziam, andaram a enrolar o Banco de Portugal até 2008.” As palavras mereceram o pronto reparo de Maria de Belém,

presidente da comissão. Constâncio garantiu ontem à comissão que o buraco financeiro do BPN será inferior a mil milhões de euros, adiantando que “há uma dúzia de grandes cúmplices e responsáveis pelo

que se passou na SLN, e espero que venham a ser razoavelmente punidos”, acusando José de Mascarenhas, presidente do Insular, de ser “uma das pessoas mais responsáveis por esta situação”. ■



CASO BPN
Constâncio
culpa uma
dúzia de
cúmplices
PÁG. 24

CASO BPN DISCUTIDO ONTEM NO PARLAMENTO

Melo e Constâncio pegaram-se

O governador do Banco de Portugal (BdP), que esteve ontem a ser novamente ouvido na Assembleia da República (AR), teve uma troca de palavras mais dura com Nuno Melo (CDS) na audição por causa do BPN.

Vitor Constâncio, que afirmou que as perdas do BPN são inferiores a mil milhões de euros, acusou o deputado do CDS de construir um caso político e de desconhecer aspectos fundamentais do caso BPN.

"O senhor deputado revelou grande desconhecimento de factos e aspectos fundamentais" ao longo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização do BPN, acusou Constâncio, para quem o deputado acabou por "fazer uma campanha [eleitoral] inteira à custa disso".

Entre os factos fundamentais que Constâncio acusou Melo de desconhecer estão o apuramento das contas – e do buraco do BPN – que o governador do banco central disse que "são muito inferiores aos mil milhões de euros".

Constâncio disse mesmo que Melo terá "distorcido factos" quando falou de imparidades ou injeção de dinheiros públicos de 2,5 mil milhões.

"O senhor governador já não é secretário-geral do PS, deveria conter as suas declara-

ções e intervenções", referiu Nuno Melo. **"Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível", disse Melo.**

O deputado centrista monopolizou quase três horas de perguntas a Vitor Constâncio e insistiu várias vezes que este deve demitir-se de governador do BdP, por ter permitido uma actuação continuada ao longo dos anos de actos irregulares no BPN.

"Aconteceu o que aconteceu com o BCP, os clientes do BPP não podem levantar o seu dinheiro, nacionalizou-se o BPN e não acontece nada", referiu também Nuno Melo.

Honório Novo (PCP) tinha também questionado, no início da sessão, de que forma o BdP agiu perante a informação que lhe chegava e que denunciava irregularidades.

Honório Novo entregou mesmo a Constâncio um processo de denúncia, com indícios de que pessoas que hoje continuam no BPN, e que até foram promovidas para lugares de mais alta responsabilidade já com a nacionalização do banco, sabiam da existência do Banco Insular e outros veículos usados para praticar as fraudes agora apuradas.

À hora de fecho desta edição, a audição a Vitor Constâncio ainda estava a decorrer. ▽



ANDRÉ KOSTERS/USA

⇨ O deputado do CDS interrogou Constâncio durante três horas

**DIA A DIA**

Ignorâncias diversas

O espectáculo dado ontem pela comissão de inquérito ao BPN foi lamentável. O deputado Nuno Melo, que tem feito até aqui um bom trabalho, reduziu a sua estratégia à picuinha de enervar Vítor Constâncio e levá-lo a admitir que errou na supervisão ao banco. Tudo por causa, em grande medida, de uma questão ideológica, a “nacionalização de um banco”, menos pelo prejuízo objectivo causado aos contribuintes por razões ainda hoje pouco claras. A nacionalização do BPN é menos uma questão ideológica, é exclusivamente um rombo no erário público, o próprio banco um caso de polícia e um símbolo demolidor da credibilidade de um significativo leque de ex-governantes, empresários, procuradores, polícias, etc.

Depois, o próprio Vítor Constâncio não foi exemplar. E não foi sobretudo pela inaceitável irritação e sobrançeria que demonstrou por ter de responder a “pormenores” relacionados com a actividade do Banco de Portugal ou, afirmou, por as questões exprimirem a “ignorância” dos deputados. O que está em causa é demasiado sério para nos quedarmos reverentes a certos cargos ou personalidades. O bom uso dos recursos públicos exige mais humildade democrática a uns e a outros, não as ignorâncias diversas, genuínas ou de conveniência, mostradas ontem no Parlamento.

EDUARDO DÁMASO

DIRECTOR ADJUNTO



Futuro do BPN pode passar pela criação de um 'bad bank'

Vítor Constâncio referiu no Parlamento que as perdas para o Estado com o BPN serão inferiores a mil milhões de euros.

Maria Ana Barroso e Sandra Almeida Simões
maria.barroso@economico.pt

A venda do Banco Português de Negócios (BPN) poderá passar também pela criação de um 'bad bank' que agregue os maus activos e as perdas da instituição, apurou o Diário Económico junto de fonte próxima. Em estudo estará a alocação desses activos a um veículo, cuja gestão será atribuída a uma entidade que procederá depois à sua valorização e, de seguida, à sua venda. Este veículo permitirá ainda que o banco que vier a ser privatizado seja já limpo do buraco financeiro, apurado nas contas do ano passado, e que somava, no final de 2008, 1,6 mil milhões de euros.

Esta hipótese em análise será conjugada com a alienação do banco, opção que a julgar pelas declarações públicas do ministro das Finanças, é a mais provável (ver página 28). Recorde-se que o anúncio de uma decisão final sobre o futuro do BPN está previsto acontecer ainda este mês.

A eventual opção pela criação de um 'bad bank' para os maus activos da instituição nacionalizada em Novembro foi, de resto, deixada entender ontem, na comissão de inquérito ao caso BPN, pelo próprio governador do Banco de Portugal (BdP). A propósito dos custos da nacionalização deste banco, Vítor Constâncio disse que "só quando se constituir o mau banco, é que se saberá quanto é que o Estado perdeu realmente". E desenvolveu um pouco mais, referindo que esse "banco mau" concentrará os activos tóxicos, que serão valorizados. "Só nessa altura é que se saberá o valor real das imparidades do BPN", explicou.

Vítor Constâncio adiantou, por outro lado, que a factura da nacionalização do BPN será, no final, de menos de mil milhões de euros. A informa-

"O Sr. já não é Secretário-Geral do Partido Socialista, é Governador do Banco de Portugal."

Nuno Melo, deputado do CDS, dirigindo-se ao governador

"O que o Sr. deputado andou por aí a dizer em campanha eleitoral são os 2,5 mil milhões [custo da nacionalização] É ignorância."

Vítor Constâncio para Nuno Melo

"Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível."

Resposta de Nuno Melo

"Falar em ignorância não é nenhum insulto. É a obrigação de saber destas matérias."

Vítor Constâncio para o deputado do CDS

ção surgiu em resposta às acusações dos deputados de que foi o BdP o responsável último pela situação a que chegou o BPN, que acabou por levar à nacionalização, com custos para o Estado e, portanto, para os contribuintes.

Prejuízos do BPN atingiram os 575 milhões

As contas de 2008 do banco, reveladas recentemente, mostram um volume de imparidades, que soma os 1,6 mil milhões de euros, e que resulta sobretudo das perdas por crédito concedido - não só do próprio BPN como, nomeadamente, do Banco Insular e IFI. No final do ano passado, o banco nacionalizado registou um prejuízo de 575,2 milhões de euros.

Este apuramento de responsabilidades do BdP no caso BPN foi, afinal, o centro e a razão de ser desta comissão de inquérito de análise da supervisão ao banco, centrada na avaliação do trabalho da entidade de supervisão, e do seu governador, como responsável máximo. E que termina já na quinta-feira, com a audição do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

"Estamos a falar de números inferiores a mil milhões de euros que os contribuintes terão a pagar", garantiu Vítor Constâncio ontem. "Muito longe dos dois mil milhões de euros de que se tem falado, para criar drama e alarme em torno desta questão", esclareceu o governador.

Esses menos de mil milhões resultam "exclusivamente de fraudes". O responsável lembrou ainda que "só no fim de todos os processos é que se poderá saber quanto é que o Estado precisa de injectar para garantir os depósitos". Constâncio fez ainda questão de recordar que a decisão de nacionalizar o BPN foi tomada com o objectivo de "garantir depósitos" e não "para salvar accionistas". ■

Audição "quente" mas inconclusiva

Foram acesas as primeiras três horas da segunda parte da audição de ontem do governador do BdP no Parlamento, graças à troca de palavras entre Constâncio e o deputado do CDS-PP Nuno Melo, com uma forte troca de acusações, a que se seguiram as perguntas de João Semedo, do Bloco de Esquerda.

Os deputados confrontaram o governador, nomeadamente, com inspecções realizadas pelo próprio supervisor durante vários anos, em que já eram detectadas falhas na gestão do BPN, com trocas de correspondências, por exemplo, com o Ministério Público, e com as declarações de outros responsáveis da supervisão que já passaram pelo Parlamento. Face a todos estes elementos, os deputados voltaram a acusar o Banco de Portugal de muito pouco ter feito para supervisionar o BPN.

Sem deixar de assumir ser "responsável por tudo o que se passa na instituição", Constâncio voltou a defender que não era possível ir mais além na supervisão ao BPN e rejeitando, mais uma vez, a afastar-se do cargo de governador. "Dei a cara em todos os momentos por aquilo que foi feito no BdP" garantiu.

O responsável voltou a acusar os deputados de ataque pessoal. Constâncio apontou o dedo aos deputados, acusando-os de "fazer perguntas miudinhas para depois poder dizer que o governador afinal não sabe nada".



O governador do Banco de Portugal a caminho da segunda ronda da comissão de inquérito ao caso BPN.

Como o Ba

O Banco de Portugal tem sido criticado no caso BPN. Conheça as principais acusações.

1 POR QUE NÃO AVANÇOU MAIS CEDO PARA UMA INTERVENÇÃO NO BPN ?

Constâncio diz que "não houve uma atitude de complacência", mas que o Banco de Portugal não funciona por "aplicação de uma bomba atómica". "Não se pretendia matar o BPN", explicou o governador, lembrando que é preciso todo o cuidado antes de avançar com uma inspecção mais radical, que lança a suspeita sobre um banco.

2 PORQUE NÃO PRESTOU AO PARLAMENTO MAIS INFORMAÇÃO SOBRE A SUPERVISÃO FEITA AO BPN?

"Na interpretação que me foi

Veja o vídeo com a audição a Vítor Constâncio em www.economico.pt



Ao longo das várias horas da comissão, foram várias os momentos de "pressão" a que Constâncio esteve sujeito.



O governador afirmou que a factura da nacionalização do BPN será inferior a mil milhões de euros.

ncio de Portugal respondeu às acusações da comissão

dada pelos juristas, o meu dever de cooperação não pode ser superior ao meu dever de cumprir a lei", disse Constâncio. "A violação desse segredo pode levar a um ano de prisão". "A própria comissão deveria ter usado outro tipo de fundamentação e se não avançou para o Tribunal da Relação (para exigir o levantamento do sigilo), não sou eu que posso ser culpabilizado por isso", defendeu o governador.

3 PORQUE NÃO FORAM DETECTADAS MAIS CEDO AS FRAUDES NO BPN?

O Banco de Portugal é supervisor, não é polícia. E sem haver denúncia é quase impossível detectar este tipo de fraudes. "Ninguém cumpriu os deveres de denúncia, nem os anónimos", lembrou Constâncio, dizendo, por isso, que "depois de saber, era fácil aos nossos técni-

Perante a pressão para apresentar a demissão, o governador afirmou na anterior audição: "Não pensem que eu me demitiria a pedido dos senhores deputados"

cos descobrir. Não eram precisas seis horas, mas apenas uma; só depois de descobrir". "Não houve nenhum banco do sistema que tenha sido alvo de mais inspeções do que o BPN", disse o governador.

4 COMO É QUE NUNCA DESCONFIOU DO QUE SE PASSAVA NO BANCO, QUANDO ANO APÓS ANO DETECTAVA AS MESMAS FALHAS NAS INSPECÇÕES?

As sucessivas inspeções feitas ao BPN, a que alguns deputados tiveram acesso, só mostram o trabalho desenvolvido pelo supervisor, defende o governador. E as irregularidades e falhas detectadas foram sendo corrigidas. "O Banco de Portugal foi vigilante e exigente ao longo de todos os anos e daí as razões de queixa dos dirigentes do BPN", justificou Constâncio. Não havia

então suspeita de irregularidades mais graves, do foro criminal.

5 O GOVERNADOR TEM CONDIÇÕES PARA SE MANTER À FRENTE DO BDP?

"Não pensem que eu me demitiria a pedido dos senhores deputados", assegurou Constâncio. "O meu lixo continua limpo como a minha vida está limpa", disse o governador do BdP. "[Não me demito] pelo respeito que tenho junto dos meus pares na Europa, e junto dos técnicos do Banco de Portugal".

6 É VERDADE QUE DIAS LOUREIRO ALERTOU O BDP PARA O «MODELO DE GESTÃO» DO GRUPO DE OLIVEIRA COSTA?

O ex-vice-governador do Ban-

co de Portugal, António Marta, voltou no final de Janeiro a desmentir Dias Loureiro. "Não ouvi [de Dias Loureiro] qualquer preocupação da falta de actualização do Banco de Portugal face ao grupo SLN", disse na comissão. "O que ele me falou foi sobre a razão pela qual o Banco de Portugal andava sistematicamente a fazer perguntas e inspeções ao BPN", adiantou.

7 COMO FOI POSSÍVEL NÃO RELACIONAR O BANCO INSULAR COM O BPN DEPOIS DAS QUESTÕES COLOCADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO?

"A denúncia que fazia referência ao Banco Insular ao lado do BPN não explicava qualquer relacionamento. Era uma denúncia muito simples, que tinha duas ou três linhas", disse José João Alvarez. ■ M.A.B. e S.A.S.

➔ Veja na página 28 os contornos sobre qual será a solução para o BPN.



Deputados querem discutir venda do BPN na Assembleia da República

Os partidos da oposição querem que a reprivatização do BPN seja objecto de apreciação política.

Lígia Simões

ligia.simoese@economico.pt

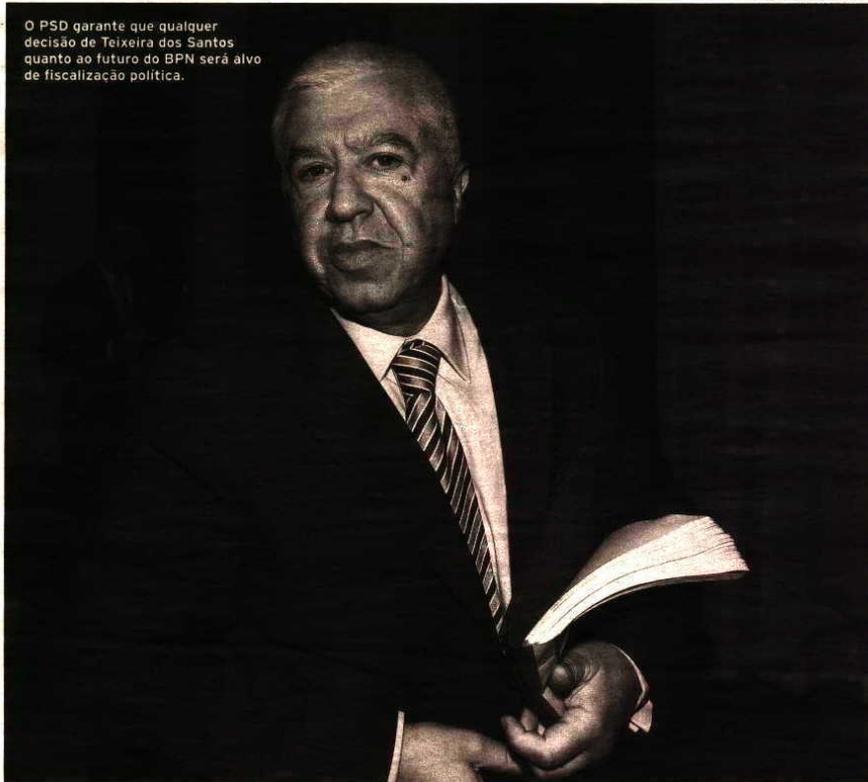
Na recta final dos trabalhos da comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN, o futuro do banco será o próximo tema em discussão e promete abrir novo debate político. Com a decisão nas mãos do ministro das Finanças, que é o último responsável a ser ouvido pelos deputados na próxima quinta-feira, a venda do BPN a uma terceira entidade é a solução favorita do Estado.

Teixeira dos Santos já se manifestou a favor deste cenário, numa altura em que já tem na sua posse todos os documentos necessários à avaliação da situação do banco e sobre o seu futuro. A venda não terá de passar formalmente pelo Parlamento, mas a oposição reclama que haja discussão política em torno da reprivatização do BPN.

"A venda do BPN terá de ser objecto de apreciação política", avançou ao Diário Económico Hugo Velosa, deputado do PSD, prometendo "fiscalização política" em todas as decisões tomadas quanto ao futuro do banco. O BPN foi nacionalizado em Novembro de 2008, depois de detectadas imparidades de 700 milhões, que actualmente ascendem já a 1,6 mil milhões.

Apesar de no cenário de reprivatização do BPN a proposta de Lei não ter de ser apresentada ao Parlamento, o deputado laranja salienta: "Seria uma demonstração de grande abertura democrática, discutir este assunto no Parlamento, face à forma como todo o processo tem sido conduzido e que vai desde a nacionalização à constituição de uma comissão de inquérito para avaliar aquela decisão e a supervisão bancária".

Nuno Melo do CDS-PP alerta aqui para a importância substantiva das duas últimas audições naquela comissão. "Por um lado, temos o primeiro responsável pela supervisão (Vitor Constâncio) e, por outro, o primeiro responsável pela nacionalização (Teixeira dos Santos)", afirmou. Estas audições servirão, segundo este deputado, para perceber das duas uma: "Ou o Governo não pediu os pareceres das entidades



Paulo Alexandre Coelho

O PSD garante que qualquer decisão de Teixeira dos Santos quanto ao futuro do BPN será alvo de fiscalização política.

"É absolutamente imperativo que a decisão final do BPN não seja tomada descontextualizada do Parlamento", diz João Semedo do BE.

competentes que o habilitasse a tomar uma decisão avalizada. Ou pediu, e no caso o Banco de Portugal resumiu-se a uma parágrafo de sete linhas". Sobre a reprivatização do BPN, Nuno Melo não hesita também em afirmar que "politicamente a discussão vai acontecer no Parlamento".

Antes de alguma tomada de decisão sobre o futuro do BPN - eventual reprivatização ou qualquer outra solução (integração ou manutenção temporária na esfera da CGD) -, Honório Novo, deputado do PCR, reclama ainda um debate prévio. "É importante que o Governo explique, em caso da opção de venda do BPN, qual é a forma do Estado ser ressarcido de todo o dinheiro que foi enterado no banco", afirmou.

Já o deputado socialista, Ricardo Rodrigues é peremptório: "Trata-se de uma participação que é propriedade do Estado (acções do BPN), logo a venda é uma decisão do Governo, não tem de

ir à Assembleia da República". Este responsável conclui, assim, que a venda da participação estatal no BPN terá de ser decidida pelo ministro das Finanças, que levará a proposta de lei a Conselho de Ministros. Nas mãos de Teixeira dos Santos está, pois, a escolha da modalidade de alienação das acções do banco, admitindo aqui Ricardo Rodrigues que a opção possa recair sobre um concurso público, modelo mais comum neste tipo de operações.

Apesar da reprivatização do BPN ser uma decisão do Governo, todos os partidos da Oposição são unânimes em reclamar como "absolutamente imperativo" que a discussão não seja tomada descontextualizada do Parlamento. "Tendo em conta que a nacionalização foi decidida no Parlamento e todo o contexto político, a expectativa é a de que a proposta de Lei seja apresentada aos deputados", defende João Semedo do BE. ■

QUESTÕES A COLOCAR A TEIXEIRA DOS SANTOS

Na quinta-feira o Ministro das Finanças vai ser ouvido na comissão de inquérito ao BPN. Veja os pontos que os deputados querem esclarecer.

1

Contas do BPN

Os deputados da comissão de inquérito parlamentar querem fazer o balanço da situação financeira do BPN. Dizem que desconhecem oficialmente as contas de 2008. O banco registou um prejuízo de 572,5 milhões de euros e imparidades de 1,6 mil milhões.

2

Propostas da CGD

A administração do BPN entregou na semana passada um documento com todas as informações relevantes para suportar a decisão final definitiva. O ministro das Finanças já afirmou ser favorável à ideia de vender o BPN a uma terceira entidade, em vez de integrar a instituição na CGD.

3

'Factura' do Estado

Quanto é que o Estado arrisca perder com a nacionalização do BPN? É a questão que a oposição deseja ter resposta do ministro das Finanças. Vitor Constâncio disse, ontem, que a nacionalização vai custar menos de mil milhões de euros ao Estado.

4

Nacionalização

Teixeira dos Santos vai ser questionado sobre se estimou o custo da nacionalização, orçamentou as despesas para o contribuinte, ou se tentou calcular o prejuízo no banco. A nacionalização foi apresentada ao País com um custo inicial de 700 milhões.



Deputados querem discutir venda do BPN no Parlamento

Os deputados querem que a venda do BPN seja discutida no Parlamento e não decidida unilateralmente pelo Governo. Vítor Constâncio disse ontem que a nacionalização custou menos de mil milhões aos contribuintes. ➔ **P26 A 28**



Parlamento Constâncio admite que pode ter havido ingenuidade do Banco de Portugal



“O Sr. Governador [Vitor Constâncio] tem estado para esta comissão como o BPN esteve para o Banco de Portugal; não responde às perguntas, nem entrega os documentos”

Nuno Melo, CDS-PP



“Para fazer comissões deste tipo e tirar conclusões é preciso saber alguma coisa do que se está a falar”

Vitor Constâncio,
Banco de Portugal



Nacionalização do BPN deverá custar perto de mil milhões

Vitor Constâncio recusa falhas de supervisão. Custo do Banco Português de Negócios está longe dos 2,5 mil milhões já apontados e só ficará definido quando os seus activos tóxicos forem “empurrados” para um *bad bank*

Cristina Ferreira e Ana Brito

● Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal, admite que possa ter existido “alguma ingenuidade” por parte do supervisor na avaliação que fez do Banco Português de Negócios (BPN), cujas perdas para o contribuinte diz que não deverão ultrapassar os mil milhões de euros. Para Vitor Constâncio, só quando for criado um veículo para receber os activos tóxicos (os prejuízos) da instituição intervencionada se saberá com rigor quanto custou ao Estado a sua nacionalização.

O governador do banco central português retomou ontem a sua audiência na comissão de inquérito parlamentar à supervisão ao BPN, que teve início no passado dia oito de Junho. Nas suas duas deslocações a São Bento, onde esteve mais de 16h, Vitor Constâncio defendeu que não houve falhas de supervisão no BPN, embora tenha admitido poder ter existido alguma ingenuidade por parte da entidade supervisora, mas não negligência.

A “confissão” surgiu já ao início da noite e depois de Nuno Melo, do CDS-PP, e de João Semedo do Bloco de Esquerda (BE), terem disparado as baterias contra o governador, com um conjunto vasto de questões que este considerou “de detalhe” e a que não tem “obrigação de responder” por serem aspectos demasiado técnicos e para os quais, em alguns casos, desconhece a resposta.

Método inquisitorial

Criticando o método “inquisitorial” dos deputados, Vitor Constâncio denunciou aquilo que a chamou “um sofisma” que visa debilitar o Banco de Portugal, para que os deputados possam dizer: “Não sabe? Então o que andou a fazer?”

“Só quando se fizer o “bad bank” [veículo que vai receber os activos

tóxicos] e se souber qual o valor de venda do BPN é que se saberá exactamente quais serão as perdas para os contribuintes”, afirmou Vitor Constâncio em resposta ao deputado centrista Nuno Melo, a quem acusou de ter veiculado informações incorrectas durante a campanha eleitoral europeia.

O governador do Banco de Portugal contesta o facto de Nuno Melo, que vai representar o Partido Popular (PP) em Bruxelas, ter sublinhado repetidamente que a nacionalização do BPN já custou ao erário público 2,5 mil milhões de euros. Constâncio garante que as perdas resultantes da mega fraude detectadas no BPN não ultrapassarão mil milhões de euros.

Ao mencionar a hipótese de criação de um *bad bank*, destinado a limpar a instituição dos seus prejuízos, Vitor Constâncio abre espaço à venda do BPN, que é actualmente património público. Esta decisão de natureza política, já foi admitida pelas autoridades que nacionalizaram o BPN em Outubro de 2008. Depois de o balanço ser saneado, a venda do banco ou de alguns dos seus activos (como a rede comercial) vão permitir à Caixa Geral de Depósitos, que está a gerir a instituição, recuperar parte das verbas injectadas.

Numa sessão liderada pelos deputados da oposição, o Governador procurou passar a mensagem de que não houve falhas de supervisão e que todas as irregularidades detectadas no BPN em 2006 “não eram crime”. O BdP, diz, adoptou um conjunto de medidas de natureza prudencial que obrigaram a anterior gestão do BPN, presidida por José Oliveira Costa, que está detido preventivamente, a corrigir os erros. Mas admite, todavia, que a intenção da equipa de Oliveira Costa era “outra”, daí que o banco tenha acabado com problemas que justificaram a intervenção.

Teixeira dos Santos é o próximo

O ministro das Finanças é o senhor que se segue. Depois de Constâncio, será a vez de Teixeira dos Santos ir à comissão de inquérito responder aos deputados. A audição, marcada para quinta-feira, depois da discussão plenária, promete prolongar-se até altas horas, mas, com as respostas de Teixeira dos Santos a comissão põe o ponto final em mais de seis meses de trabalhos (iniciaram-se a 13 de Janeiro) e mais de meia centena de audições. A deputada socialista Sónia Sanfona, que está a redigir o relatório final, tem agora que garantir que o documento fica pronto até à sexta-feira 3 de Julho, data em que as conclusões dos deputados serão debatidas pelos grupos parlamentares no plenário. Ao longo dos trabalhos, os partidos da oposição têm sido consensuais quanto à avaliação do trabalho da supervisão no processo BPN. As falhas foram graves e Constâncio deve demitir-se, têm defendido CDS, PCP, Bloco e, mais recentemente, PSD. A incógnita é saber qual a posição do PS, que tem rejeitado acusações por antecipação.

Tem que “haver um limite humano” para a duração das audições, reclamou ontem Vitor Constâncio





“A nossa proposta de criminalização de crimes de gestão dolosa e o nosso projecto de protecção de testemunhas foram chumbados pelos outros partidos”

Honório Novo, PCP



“A forma mais fácil de roubar um banco é administrá-lo e é ainda mais fácil quando o polícia é o Banco de Portugal. E tanto mais fácil quando (...) a supervisão se transformou em protecção”

João Semedo, BE



“O PS não abdica de avançar com um projecto (de alteração legislativa) para alterar de forma clara o acesso por parte das comissões de inquérito ao segredo profissional”

Ricardo Rodrigues, PS

Tempo das intervenções teve de ser limitado

Dos deputados ignorantes à utilização de meios multimédia

Ana Brito e Cristina Ferreira

Trocas de palavras entre Vítor Constâncio e o deputado Nuno Melo roçaram o insulto

● Foi uma nova maratona, agora superior a seis horas. A segunda parte da audição de Vítor Constâncio na comissão de inquérito à nacionalização do BPN começou pouco antes das 15h30 e as ‘hostilidades’ foram abertas pelo CDS. O deputado Nuno Melo e o governador do Banco de Portugal trocaram acusações várias ao longo de um diálogo de aproximadamente três horas, em que o tom subiu diversas vezes, obrigando a presidente da comissão, Maria de Belém, a pedir contenção.

Nuno Melo, que tem sido uma das vozes mais críticas ao comportamento do Banco de Portugal (BdP) no caso BPN, voltou a acusar Constâncio de “falhas graves de supervisão” e incapacidade para assumir erros. “Nos outros países, as supervisões foram questionadas, assumiram falhas e aceitaram consequências. Aqui, a supervisão colapsou à sua volta e o senhor continua a achar que não falhou”, sustentou o deputado centrista.

Mas se Constâncio já tinha sido claro na sessão anterior sobre o facto de não reconhecer capacidade à comissão para avaliar a acção da supervisão bancária, ontem não deixou margem para dúvidas ao dizer que os deputados são ignorantes no que toca ao funcionamento do sistema financeiro e confundem conceitos co-



PEDRO CUNHA

O tom das acusações subiu durante as questões de Nuno Melo

Maratona

6 horas

O governador do Banco de Portugal foi ontem ouvido na Assembleia da República durante mais de seis horas

mo “situação líquida e necessidades de liquidez”. “Para fazer comissões deste tipo e tirar conclusões é preciso saber alguma coisa do que se está a falar”, atirou o governador. Mas não ficou por aqui, acrescentando que muitas das perguntas que lhe foram colocadas “não têm cabimento” e são “despropositadas para o responsável máximo da supervisão bancária” por serem questões de pormenor ou demasiado técnicas.

Na interpelação de Nuno Melo, o diálogo tornou-se mais aceso quando

deputado e supervisor começaram a discutir o custo da nacionalização do BPN para os contribuintes. Quando Melo mencionou os 2,5 mil milhões de euros que a Caixa Geral de Depósitos já injectou no banco (a título de empréstimos para dar liquidez ao BPN), Constâncio não se conteve e disse-lhe que utilizar esse valor “é fruto de ignorância”. “Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível”, afirmou Nuno Melo, não sem antes ouvir Constâncio dizer-lhe que “fez uma campanha toda [para as eu-

ropeias] papagueando esse valor”.

O segundo grupo de perguntas partiu do Bloco de Esquerda. E João Semedo fez questão de apelar a um diálogo sereno, sem exaltações. Uma promessa que ambos cumpriram, apesar de Semedo ter começado com uma provocação: “é fácil roubar um banco quando o polícia é o BdP” e ainda mais quando “a supervisão se transformou em protecção” para o BPN.

O Bloco socorreu-se de uma apresentação multimédia em que utilizou documentos variados e passagens de audições anteriores para sobre elas questionar o governador do BdP. Foi ao longo dessa interpelação que Constâncio e Semedo concordaram que o antigo presidente do Insular (usado para esconder perdas de quase 500 milhões), José Vaz de Mascarenhas “foi um dos principais responsáveis” por ilicitudes ocorridas no BPN. “Não tenho dúvidas de que no BPN houve uma dúzia de grandes cúmplices e responsáveis e espero que todos sejam exemplarmente punidos”, disse o governador.

Às 21h27, no final da intervenção do BE, Constâncio deu-se conta de que ainda faltava um grupo parlamentar (o do PS) e ficou a saber que o PSD, além do PCP e CDS, estavam inscritos para uma segunda ronda de perguntas. Tem que “haver um limite humano” para a duração das audições, contestou o governador do BdP. À hora de fecho desta edição, o supervisor bancário estava a responder às questões do deputado socialista Ricardo Rodrigues, tendo admitido que, na sequência da crise financeira, muita coisa terá que mudar na regulação do sistema financeiro.

**Caso BPN****“Ingenuidade?
Talvez”, diz
Constâncio**

● “Ingenuidade? Talvez”, admitiu ontem Vítor Constâncio sobre o papel do Banco de Portugal no caso BPN, em mais uma maratona na comissão parlamentar. → Economia, 18



CASO BPN

Constâncio queria cartas claras da PGR

ANDRÉ KOSTERS / LUSA



Constâncio defendeu que BdP segue padrões internacionais de supervisão

O governador do Banco de Portugal (BdP) disse ontem que, se as cartas da Procuradoria-Geral da República (PGR), a pedir informação sobre o Banco Insular (BI), "tivessem dito um pouco mais, hoje as coisas podiam ser diferentes".

"As cartas de 2004 e 2007 da PGR não mencionavam qualquer relacionamento (do BI) com o BPN. Se nos tivessem informado mais sobre o que aparentemente sabiam teria sido diferente", afirmou Vítor Constâncio na Comissão de Inquérito ao Caso BPN e Supervisão Inerente, na audição de mais de oito horas (terminou às 23) e que ficou marcada por um "despique verbal" com o deputado do CDS/PP Nuno Melo.



Ponto quente

"Estamos a falar de números (de encargos do Estado com a nacionalização do BPN, que vai ser valorizado e vendido) muito inferiores aos mil milhões de euros e consequentemente muito distante dos 2500 milhões que o senhor deputado (Nuno Melo) tem propagandeado"

Vítor Constâncio
GOVERNADOR DO BDP

Acusando o deputado de ignorância e de ter feito a campanha eleitoral "à custa" do "grande desconhecimento de factos e aspectos fundamentais", Vítor Constâncio garantiu que as perdas do BPN atingirão "números muito inferiores aos mil milhões de euros" e rejeitou os 2,5 mil milhões por ele invocados.

"Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível", reagiu Nuno Melo, considerando que o BdP deveria ter ido além da supervisão prudencial, por ter havido crimes, e voltou a defender a demissão do governador.

O deputado comunista Honório Novo quis saber como agiu o BdP perante informações sobre irregularidades e entregou a Vítor Constâncio uma denúncia com indícios de pessoas que continuam no BPN e teriam sido promovidas após a nacionalização mas sabiam da existência do BI e outros veículos usados para praticar as fraudes.

Vítor Constâncio admite ter havido "alguma ingenuidade", mas "foi tudo feito na direcção certa"

Vítor Constâncio reconheceu "alguma ingenuidade" quanto ao BPN e que "nem tudo foi perfeito", mas disse que "foi tudo feito na direcção certa" e insistiu que "houve irregularidades e fraudes" que "não são crimes". O governador assegurou que o BdP obrigou o BPN desde 2002 a corrigir várias situações e venceu que foi o supervisor a ordenar, em 4 de Junho do ano passado, a integração nas contas do BPN das entidades "clandestinas" que detectara dois dias antes - o BI.

Interrogado pelo deputado bloquista João Semedo, afirmou que foram realizadas pela Direcção Central de Investigação e Acção Penal do Ministério Público "duas perguntas com três anos de intervalo", em 2004 e 2007, sobre a existência de operações activas do BI e permissão para actuar em Portugal, mas nada constava da base de dados.

Constâncio disse que chegou a solicitar ao anterior procurador-geral um reunião, devido a notícias sobre a "Operação Furacão" que mencionavam matéria para contra-ordenações em cinco bancos, mas Souto Moura teria rejeitado o encontro e não deu informações ao supervisor. ■



FIGURA DO DIA

O dia do deputado Nuno Melo



■ É quase uma causa para Nuno Melo. O deputado do CDS-PP tem-se batido, em várias frentes, pela clarificação do papel do Banco de Portugal na fiscalização do Banco Português de Negócios (BPN). Ontem, uma vez mais frente ao governador do Banco de Portugal na comissão parlamentar de inquérito ao BPN, o deputado popular fez as perguntas que achava que deviam ser feitas. E acabou a ser acusado por Vítor Constâncio de ter andado até agora a falar do que não sabe. Com um objectivo definido, acusou o governador: construir um caso político. Um verdadeiro braço-de-ferro entre o deputado, a defender que o Estado entrou com mais de 2,5 mil milhões de euros no banco, entretanto nacionalizado, e o governador a insistir que não, "nem sequer mil milhões", garantiu. Como se tal montante fosse coisa pouca. ■



SAGRES BOHEMIA
Sabor irresistível

OS TESTES COMPROVARAM O QUE O SEU PALADAR JÁ SABIA: BOHEMIA TEM MAIS SABOR.

Seja responsável. Beba com moderação.

Turne qualquer refeição numa ocasião especial

Diário Económico

Toda a actualidade em www.economico.pt

20 anos

1º Eleito jornal económico do ano

TERÇA-FEIRA, 16 DE JUNHO 2009 | Nº 465 | PREÇO (IVA INCLUIDO): CONTINENTE 1,60 EUROS | DIRECTOR ANTÓNIO COSTA | DIRECTOR-ADJUNTO BRUNO PROENÇA | SUBDIRECTORES FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E PEDRO SOUSA CARVALHO

Banca Faria de Oliveira lidera reuniões dos bancos para encontrar solução para o BPP. - P30

Economia Foram destruídos mais de 62 mil empregos entre Janeiro e Março. - P10

Suplemento As novas estratégias dos licenciados para conseguirem emprego.

universidades

Saiba quanto vai poder poupar com a descida do preço do gás

A factura do gás natural para o próximo ano vai baixar, em média, 3,9% para as famílias. Mas a poupança pode variar de região para região. Em algumas casas, a descida chega a 9%. - P16 A 18

↓ A descida será mais expressiva para grandes empresas industriais, mas para as PME a redução fica-se pelos 4,2%.

↓ Saiba como pode escolher e instalar gás natural, num mercado com três fornecedores e com vários distribuidores locais.

Deputados querem discutir venda do BPN no Parlamento

Os deputados querem que a venda do BPN seja discutida no Parlamento e não decidida unilateralmente pelo Governo. Vítor Constâncio disse ontem que a nacionalização custou menos de mil milhões aos contribuintes. - P26 A 28

Empresários ao lado do Governo contra paragem do TGV

Mário Lino confirmou que o contrato de adjudicação para o primeiro troço do TGV só será assinado depois das eleições. Os empresários não querem um travão na alta velocidade e Van Zeller (na foto) reforça que não se deve mexer no troço Poceirão-Caia. - P4 A 7



Crédito malparado das empresas está no valor mais alto em nove anos

O incumprimento voltou a atingir níveis recorde em Abril. No caso das empresas, a percentagem do malparado ultrapassou a fasquia psicológica dos 3%. - P8

Sócrates e Ferreira Leite estão cada vez mais afastados

Episódio marcou reunião de ontem - P38 E 39

▼ PSI 20	-1,22%	7.094,24
▼ IBEX 35	-2,01%	9.518,70
▼ FTSE 100	-2,61%	4.326,01
▼ Dow Jones	-2,12%	8.612,01
▼ Euro	-1,97%	1.3789,00
▼ Brent	-2,12%	68,69

PUB

T 226 196 260
226 196 259
E info@ege.pt
S www.ege.pt

EGE ESCOLA GESTÃO EMPRESARIAL

FA FORMAÇÃO AVANÇADA

Gestão dos Sistemas de Informação
Início: 19 Junho 2009
Duração: 30 horas

Finanças Internacionais
Início: 26 e 27 Junho 2009
Duração: 15 horas

Abertas as candidaturas.

Adrian Weinbrecht / Getty Images

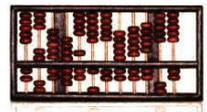
Um casal com dois filhos e que, por exemplo, viva em Beja ou em Évora vai pagar menos 7,8%.

PUB

CONTA GESTÃO TESOURARIA

ACREDITO NUMA SOLUÇÃO DE GESTÃO INTELIGENTE

Para mais informações consulte as condições do produto, disponíveis numa Agência Banif.



BANIF
A força de acreditar
808 200 200 www.banif.pt

ege ATLANTIC BUSINESS SCHOOL



ID: 25539651

16-06-2009

política

Caso BPN. Se o ex-procurador Souto Moura tivesse dado mais informações sobre o Banco Insular e o BPN, tudo "teria sido diferente", afirmou Constâncio, ontem na segunda audição na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN. As fraudes e a má gestão na administração de Oliveira Costa terão causado prejuízos inferiores a mil milhões de euros

SOUTO MOURA ESCONDEU INSULAR, DIZ CONSTÂNCIO

■ RUDOLFO REBÉLO

As perdas do Banco Português de Negócios ligados à fraude e à má gestão do banco serão "inferiores a mil milhões de euros", segundo revelou Vítor Constâncio, ontem, na comissão de inquérito parlamentar sobre a nacionalização do banco. O governador do Banco de Portugal, deixou ainda cair um desabafo, segundo o qual tudo "teria sido diferente" se a Procuradoria-Geral da República, PGR, "nos tivesse informado mais sobre o que aparentemente sabiam" em relação às operações entre o Banco Insular e o banco então presidido por Oliveira Costa.

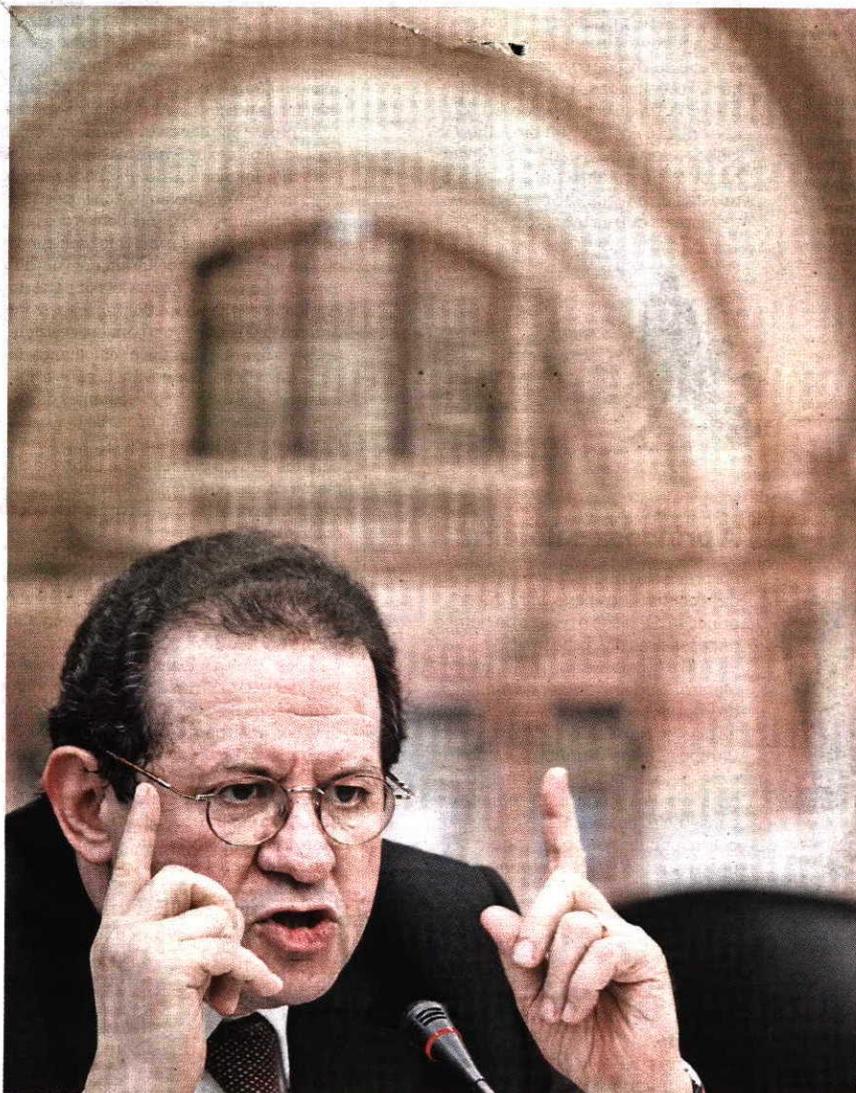
"As cartas de 2004 e 2007 da PGR não mencionavam" relacionamentos entre o BPN e o Banco Insular, referiu em resposta a questões do bloquista João Semedo. Constâncio revelou que chegou a pedir a Souto Moura, anterior procurador-geral da República, uma reunião, devido "às notícias", sobre "contra-ordenações detectadas na operação furacão", o que "foi rejeitado" por Souto Moura.

Mas o momento do dia parlamentar de ontem foi quando Constâncio protagonizou um diálogo agressivo com Nuno Melo, o deputado centrista, acusando o cabeça de lista do PP das últimas eleições europeias, de "fazer malabarismo verbal". Constâncio chegou a dar sinais de fadiga e de exaustão, na segunda audição em comissão parlamentar – a primeira foi na passada terça-feira – tendo estado no limiar da "perda de paciência", ao, irritado, responder a Nuno Melo e a proceder a comentários com a presidente da comissão, a socialista Maria de Belém.

"Há momentos em que fico satisfeito em não ser deputado", afirmou Constâncio, acusando o deputado Nuno Melo de "construir um caso político" e de fazer "uma campanha eleitoral à custa disso".

"É preciso saber alguma coisa do que se fala", referiu, acusando Nuno Melo "e outros" de ter "distorcido factos" quando em campanha eleitoral se referiu "a injeção de dinheiros públicos" no montante de 2,5 mil milhões de euros – o empréstimo que a CGD fez ao BPN.

O ponto alto do debate aconteceu – já com três horas de acesso debate – quando Nuno Melo deu a entender que o BPN "brincou com o Banco de Portugal" e com Vítor Constâncio, durante anos. "Eles", a administração do BPN, "perceberam que o governador acreditava em tudo o que diziam e enrolaram



Vítor Constâncio chegou a trocar mimos com o deputado do PP Nuno Melo

o Banco de Portugal".

Nuno Melo acabava de apresentar um relatório, datado de 2002, do Banco de Portugal, onde os inspectores apontam créditos sem garantias e assinaturas, além de excesso de risco concentrado nas empresas do grupo SLN, a Sociedade de Lusa de Negócios, accionista principal do banco.

"Essas irregularidades não eram crimes", afirmou Constâncio, justificando assim porque não tomou outro tipo de iniciativas. "Seguiu-se falsas declarações e isso é crime", contrapuz

o Nuno Melo, convidando Constâncio a consultar o código penal. O governador alegou que a supervisão obrigou a correções – tal como a necessidade de o banco

"Não houve denúncias que permitissem descobrir as fraudes"

cumprir um programa de redução de riscos – mas, à supervisão, não terá sido possível descobrir o "envolvimento do banco insular e de um balcão virtual", em Lisboa e no Porto.

O Banco Insular que acabou por apresentar "buracos" de cerca de 490 milhões de euros, "poderia ter sido descoberto em 2002", diz Nuno Melo. Constâncio contrapõe com falta de co-

Os truques da Informática do BPN

Vítor Constâncio afirma que ao técnico do Banco de Portugal, não era cedidos o perfil informático correcto para aceder às bases de dados do BPN. Por essa razão, afirma nunca foi descoberto as relações com o Banco Insular. Ou seja, o sistema informático do banco tinha pelo menos duas chaves de acesso às operações internacionais, permitidas apenas a alguns administradores e colaboradores do banco.

Bate boca

O que fizeram desde 2002, durante seis anos? Se em 2002 tivesse exigido documentos teria percebido tudo"

Nuno Melo

"Há uma estratégia de interrogatório inquisitorial durante horas"

Vítor Constâncio

O senhor governador já não é secretário geral do PS, deveria conter as suas declarações e intervenções

Nuno Melo

Perceberam que o governador acreditava em tudo e enrolaram o Banco de Portugal"

Vítor Constâncio

"O Banco de Portugal não corrigiu coisa nenhuma. Há crimes de falsas declarações"

Nuno Melo

"Os advogados fazem malabarismo verbal, a mim o que me interessa é a substância"

Vítor Constâncio

"Como foi possível processos de créditos incompletos, sem garantias e sem assinaturas?"

Nuno Melo

"O senhor deputado revelou grande desconhecimento de factos e aspectos fundamentais, construiu um caso político e acabou por fazer uma campanha à custa disso"

Vítor Constâncio

"Não é possível que um banco deste país brinque com o Banco de Portugal"

Nuno Melo

nhecimentos, já que à supervisão prudencial "não houve denúncias que permitisse descobrir fraudes"

O rasto do dinheiro do BPN é conhecido: os depósitos dos clientes eram colocados em *offshores* e no BPN Caimão. Estas, por sua vez, concediam créditos ao Banco Insular. Com esse dinheiro, o banco, inscrito em Cabo Verde, concedia empréstimos aos accionistas e a negócios conduzidos pela administração – tal como o caso Biometrics, que envolveu Dias Loureiro – para além de permitir "descobertos" de milhões de euros. Operações que levaram à ruína do banco em 2008, obrigando o Estado a nacionalizar o BPN. ■

Constâncio acusa ex-PGR de esconder dados do BPN

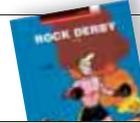
Souto Moura recusou uma reunião a pedido de Vítor Constâncio, na sequência da "Operação Furacão" envolvendo o BPN e Banco Insular. **POLÍTICA, pág. 8**



Ter 16 Jun Edição Lisboa

Terça-feira, 16 de Junho de 2009
Ano XX, n.º 7014
Portugal: 1,00€ (IVA incluído)
Espanha: 2,00€ (IVA incluído)
Director: José Manuel Fernandes
Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Paulo Ferreira

Clássicos da Revista Tintin
5.º álbum **Rock Derby**, livro com 3 histórias
Amanhã, por mais 6,90 euros



3ª
Dia de descontos para crianças.
Desconto de 40%
Menu do Dia + Menu Infantil
Pizza Hut
Para os Amigos da Pizza. Não vai esquecer!

Público

Novo livro
3460 pais e filhos portugueses contaram os seus segredos P2

NBA
Lakers quinze vezes campeões e quarto anel para Kobe Bryant Págs. 28

Benfica
Filipe Vieira confirma candidatura e Jorge Jesus Pág. 26

Sócrates deixa de pedir maioria absoluta

Até às eleições europeias o discurso socialista era claro: o objectivo era renovar a maioria absoluta. Ontem, o líder já falou de “uma maioria parlamentar que dê condições para governar”

● José Sócrates omitiu ontem a palavra “absoluta” ao falar da maioria necessária para governar o país depois das próximas eleições legislativas, ao contrário do discurso que

todo o Governo faz desde há um ano. “O PS empenhar-se-á numa maioria parlamentar que dê condições para governar”, afirmou aos jornalistas à entrada para a reunião da comissão

Primeiro-ministro reconhece “desgaste do Governo”

política nacional, que se reuniu na noite de ontem para analisar pela primeira vez os resultados das eleições europeias, que o PS perdeu a cinco pontos do PSD.

É uma autêntica inflexão da estratégia traçada já no primeiro semestre de 2008 e reforçada no Congresso de Espinho, em Março passado. → Portugal, 8

Irão Quase dois milhões na rua apoiam Mousavi em manifestação proibida Págs. 2 a 4



Mir-Hossin Mousavi, líder da contestação, no meio da multidão

Caso BPN
“Ingenuidade? Talvez”, diz Constâncio

● “Ingenuidade? Talvez”, admitiu ontem Vítor Constâncio sobre o papel do Banco de Portugal no caso BPN, em mais uma maratona na comissão parlamentar. → Economia, 18

Comissão de Protecção
Crianças mortas: processo tinha sido arquivado

● A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens arquivou em 2008 processos relativos às três crianças que ontem morreram num incêndio em Pinhal Novo. → Portugal, 10

Cimeira a quatro
Maiores países emergentes querem ter voz

● Os líderes do Brasil, Rússia, China e Índia, as quatro maiores economias emergentes, reúnem-se hoje, dando sinal ao mundo da vontade de se fazerem ouvir. → Mundo, 16

Crise
Economia dos EUA deve crescer já em 2010

● Graças aos estímulos do Governo à economia, os EUA devem voltar a crescer já em 2010. Mas os riscos persistem, comprometendo a retoma, diz o FMI. → Economia, 20

Lino não se vincula
Governo admite adiar TGV até às eleições

● A entrega da construção da linha de alta velocidade ferroviária entre Póceirão e Caia pode acontecer apenas depois das eleições, admitiu ontem Mário Lino. → Portugal, 6



Cavaco Silva presidiu ontem à quarta reunião do Conselho de Estado no seu mandato

Conselho de Estado sem nota informativa

Defesa. O PCP diz que a nova Lei de Defesa, por promulgar, retira poderes ao PR sobre o emprego dos militares no exterior, pelo que o Conselho de Estado serviu para Cavaco dar "um sinal da importância que atribui" a essas matérias

■ MANUEL CARLOS FREIRE

O Conselho de Estado esteve reunido ontem durante três horas e meia para analisar o reforço da presença de forças militares portuguesas no Afeganistão.

No final, cerca das 21.30, o secretário do Conselho de Estado, António Macedo de Almeida, informou que os conselheiros tinham decidido não emitir qualquer comunicado sobre a matéria.

Na agenda da reunião esteve o reforço da presença militar portuguesa no Afeganistão, anunciada pelo primeiro-ministro durante a cimeira da NATO realizada no início de Abril. Em cima da mesa estiveram várias hipóteses de intervenção com os respectivos custos, entregues ao ministro da tutela pelo chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

O PCP e o BE, sem quaisquer representantes ou figuras próximas com assento no Conselho de Esta-

do, insistiram ontem na oposição ao envio de novos contingentes para a força da NATO que opera no Afeganistão. O Bloco requereu mesmo a presença do ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira, na Comissão parlamentar de Defesa para explicar o reforço de tropas portuguesas naquele teatro de operações, pois o Parlamento

Cavaco Silva também deu posse aos três novos membros do Conselho de Estado

"deve ser consultado previamente" sobre este tipo de decisões, afirmou o deputado Fernando Rosas.

O PCP, contudo, optou por fazer uma leitura política da reunião daquele órgão, dias após o Parlamento aprovar a nova Lei de Defesa Nacional (LDN). Sustentando que o diploma, a ser promulgado,

"constituiria uma situação bem mais grave, em matéria de redução de poderes presidenciais, do que a que se verificou com o Estatuto da Região Autónoma dos Açores", os comunistas enfatizaram que "a realização desta reunião não pode deixar de constituir um sinal da importância que o Presidente da República atribui às suas competências" em matéria de emprego das Forças Armadas em operações militares no estrangeiro.

Em causa, para o PCP, está o facto de a LDN dar ao Presidente "apenas o direito a ser informado, pelo primeiro-ministro, sobre o emprego de Forças Armadas portuguesas em operações militares no exterior do território nacional".

Antes da reunião, Cavaco empossou os três novos membros do Conselho: Leonor Beleza, António Capucho e Gomes Canotilho. Por preencher está o lugar de Dias Loureiro, que se demitiu há dias devido ao "caso BPN". ■ Com Lusa



145 ANOS DE INFORMAÇÃO DE QUALIDADE

editorial

A velocidade da alta velocidade

A pressão das oposições, os alertas do Presidente, os objectivos eleitorais do partido no poder, os compromissos com as grandes construtoras e, também, as opções estratégicas face à alta velocidade – eis um xadrez de complexa movimentação para o Governo de Sócrates. Nas próximas semanas, será necessário tomar decisões sobre a matéria. Resta saber se, do ponto de vista político, elas serão de baixa ou de... alta velocidade.

O Governo parece claramente condicionado, mesmo quando afirma o contrário. Tendo toda uma legislatura para decidir rápido, deixou para o final a escolha. E este final inscreve-se já numa nova realidade: crise económica profunda, défice de novo acima dos seis por cento, desemprego quase nos dois dígitos e dívida pública imensa.

Parece indiscutível que Portugal não pode ficar de fora da rede europeia de alta velocidade. Mas o seu custo é avassalador e a existência de uma ampla rede, num país de tão reduzidas dimensões, tem de ser pensada com base num rigoroso raciocínio custo/proveito. Os avisos de políticos, economistas e técnicos os mais diversos sobre a opção (e seus custos para o futuro) não podem ser equiparados a simples vozes de "velhos do Restelo".

O raciocínio do Governo não deve ser apenas voluntarista ou eleitoralista. Nem o "vamos avançar contra ventos e marés porque se trata do futuro", nem o priorizar a pergunta "o que nos dará (ou retirará) mais votos?". Na verdade, a aproximação das eleições parlamentares e os resultados das europeias parecem conduzir o Governo para um raciocínio de "baixa velocidade" – adjudicar provisoriamente o troço Poceirão-Caia. Decidir o mínimo para não perder a face, esperando eventualmente que outra entidade (o Presidente?) coloque o projecto no congelador por mais seis meses. Isto é, optar por um recuo que não pareça recuo. Já que estamos no campo dos mínimos, este mínimo de sensatez será decerto bom para o País.

A disfunção na investigação do BPN

Quem tenha seguido os longos e minuciosos trabalhos da comissão parlamentar acerca do caso BPN, pode, sem errar, concluir desde já uma coisa essencial: foi revelada uma importante disfunção pelo facto de as investigações de crimes de colarinho branco na Procuradoria-Geral da República decorrerem de forma estanque face à entidade supervisora bancária, no caso, o Banco de Portugal.

Se ambas as instituições tivessem falado com a assiduidade e o grau de colaboração – depois da casa arrombada!... – que agora existe e se o DCIAP tivesse clarificado o que motivava os pedidos e esclarecimento acerca da actividade do Banco Insular, em 2004 e 2007, talvez se tivesse exercido há mais tempo uma pressão acrescida, capaz de provocar há mais tempo a tal denúncia anónima, que revelou o mundo submerso da fraude em grande escala.

Para já, ao nível dos processos de supervisão, de regras prudenciais, de partilha de informação entre instituições relevantes, nada continuará ser o que foi. O que já não é pouco... ■



ID: 25539381

16-06-2009

BANCA

Constâncio diz que intervenção do Estado no BPN vai custar menos de mil milhões

O governador do Banco de Portugal e Nuno Melo envolveram-se num despique verbal que durou três horas

**MARIA JOÃO SOARES
CELSE FILIPE**

A nacionalização do BPN (Banco Português de Negócios) vai custar ao Estado menos de mil milhões de euros, valor estimado das fraudes detectadas naquele banco. Este número foi a principal novidade que surgiu durante a segunda parte da audição do governador do Banco de Portugal (BdP) por parte da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN.

No essencial, a presença de Vítor Constâncio na comissão ficou marcada por um clima de confronto verbal com Nuno Melo. O deputado do CDS/PP começou por colocar questões ao governador com a "devida vénia", mas o verniz verbal não resistiu ao primeiro impacto da interpelação de Nuno Melo, apontando para falhas na supervisão.

A resposta veio pronta. "O sr. deputado andou por aí a dizer em campanha eleitoral que foram 2,5 mil milhões [custo do Estado da nacionalização do BPN]. É ignorância", disse Vítor Constâncio em resposta às questões de Nuno Melo. "Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível", retorquiu o deputado do CDS. "Falar em ignorância não é nenhum insulto. É a obrigação de saber destas matérias", contemporizou o governador.

Este tom de confronto verbal marcou as primeiras três horas da audição de Vítor Constâncio na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN (Banco Português de Negócios), durante as quais apenas Nuno Melo colocou perguntas ao governador do BdP.

Constâncio sustentou que o deputado do CDS/PP erra ao afirmar que a nacionalização daquele banco custou 2,5 mil milhões de euros ao Estado. "Só depois da venda do BPN estar concluída é que se poderá saber quanto é custou a intervenção do Estado", mas os números finais serão inferiores a mil milhões de euros, sustentou.

Nuno Melo fez um questionário cerrado com o objectivo de levar Constâncio a admitir que existiram falhas de supervisão no acompanhamento da situação do BPN. "Vou tentar mostrar que havia indícios que não foram corrigidos". Para o deputado do CDS/PP a conclusão é nítida. "O que sucedeu em Portugal não é o mesmo que se passou no resto do mundo e não tem nada a ver com a crise" sustentou



O deputado do CDS/PP, Nuno Melo, afirmou existirem evidências de que a supervisão falhou.

Nuno Melo, lembrando que "noutros países, quando exemplos equivalentes sucederam, as supervisões assumiram falhas e consequências". Em Portugal, acrescentou, "o governador continua a achar que esteve extraordinário, quando há evidências de que a supervisão falhou".

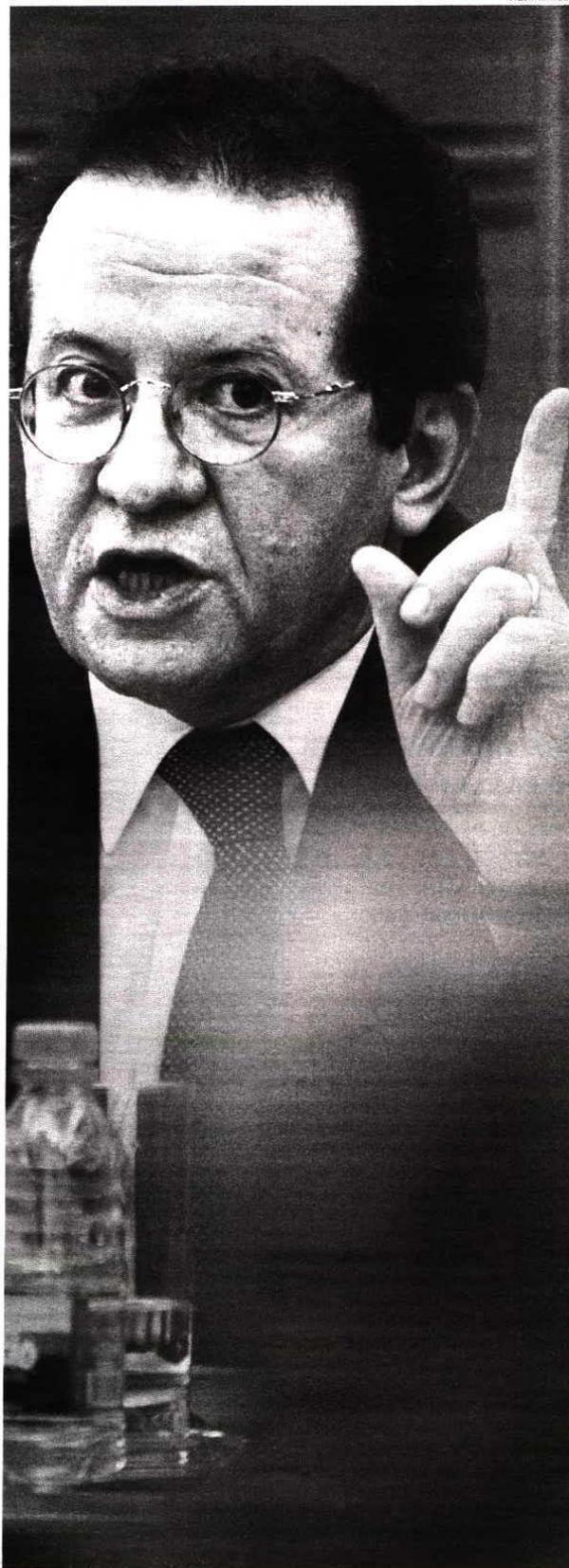
Já João Semedo, deputado do Bloco de Esquerda (BE) criticou o Banco de Portugal por seguir "exactamente a estratégia de ocultação que critica no BPN", defendendo que este órgão de supervisão poderia ter disponibilizado à comissão de inquérito vários documentos que teriam facilitado o seu trabalho e não o fez, refugiando-se na obrigação de sigilo bancário.

Antes, o governador do BdP já havia contestado a metodologia seguida pela comissão de inquérito nesta audição. "O objectivo é fazer um rol de perguntas que não tem cabimento fazer ao governador de um banco central" para depois se poder apresentar "uma lista grande de perguntas a que não respondo", disse. E com esta observação, balizou a razão de ser da sua presença na referida comissão: "estou aqui para responder às grandes questões, quanto aos pormenores perguntem aos técnicos."

Pelo caminho, Constâncio insistiu que o BdP desempenhou de forma cabal o seu papel na fiscalização do BPN, lembrando que até ao Verão de 2008, o banco "nunca esteve em risco de cessar pagamentos". "Nós [BdP e Miguel Cadilhe, então presidente do banco] fomos para o Verão esperanças de que poderia ser possível resolver o problema do BPN", afirmou Constâncio. Um cenário que não se concretizou face à crise financeira e à situação nos mercados de crédito internacionais.

Ao fim de três horas de um despique com Nuno Melo, em que muitas vezes se mostrou irritado, Constâncio pediu um intervalo. "Considero que humanamente é compreensível mas se os senhores não concordarem eu não saio, os senhores são soberanos", afirmou.

À hora de fecho desta edição, a comissão de inquérito prosseguia os seus trabalhos.



Vladimir Rodas

O sr. deputado andou por aí a dizer em campanha que foram 2,5 mil milhões [custo do Estado com a nacionalização do BPN]. É ignorância.

VÍTOR CONSTÂNCIO
Governador do Banco de Portugal

Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível.

NUNO MELO
Deputado do CDS/PP

Falar em ignorância não é nenhum insulto. É a obrigação de saber destas matérias.

VÍTOR CONSTÂNCIO
Governador do Banco de Portugal

Constâncio | Acusou a comissão de inquérito de fazer perguntas sem cabimento.



ID: 25539381

16-06-2009

Constâncio acusa Nuno Melo de ignorância no caso BPN



Confronto entre deputado do PP e governador marcou a audição **Empresas 10**



Elevador

Helena Garrido



Maria de Belém Roseira

A presidente da Comissão de inquérito parlamentar à nacionalização do BPN tem revelado ao longo de todo este processo uma serenidade, competência e independência exemplares. Num processo tão difícil e em que se confrontam interesses tão diversos, quer políticos como financeiros, e um elevado nível de tensão e tecnicidade, a socialista Maria de Belém conseguiu sempre manter a calma e o distanciamento. A revelar que tem elevadas qualidades políticas.



Maria José Costeira

A juíza presidente do Tribunal de Comércio de Lisboa, há mais de dez anos nessas funções, faz um diagnóstico preocupante da situação e sugere medidas para acelerar os processos. Uma delas é o fim da assembleia de credores. A resolução dos problemas deste Tribunal poderia dar um contributo muito mais significativo no combate a falências e desemprego do que muitas das iniciativas que o Governo toma. É pena que ninguém aposte seriamente na resolução destes problemas.